

FMS	CPM	GRIN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	26.04.92	
Volume	1	Página 5
Seção		
Assunto	Habitação	

As do Inocoop são casas da Índia

Dia após dia, novos percalços surgem para os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. A equivalência salarial, estabelecida em lei, que procurou conciliar a elevação das prestações com os reajustes nos salários, está sendo posta em xeque, com o que, segundo as associações que congregam os mutuários, a inadimplência no pagamento das prestações aumentará, levando à execução judicial as dívidas hipotecárias. O problema social daí emergente será, sem dúvida, da maior gravidade, capaz de gerar um sem-número de despejos. E para onde irá esta gente? Afinal, não serão algumas centenas de famílias que poderão ter inviabilizada a casa própria, são milhões pelo País afora. Com a Lei do Inquilinato abrindo brechas para a livre negociação e os aluguéis acima da capacidade de absorção da média salarial, tem-se, então, um quadro delicado, com nuances às quais se juntam a queda no nível de emprego, a recessão econômica que inibe a produção e a circulação da riqueza.

O fim da equivalência salarial para o SFH, que parece ser questão fechada para o governo, que através da Procuradoria Geral da República ingressou no Supremo Tribunal Federal arguindo sua inconstitucionalidade, acarretará, sem dúvida, um "terremoto", se um mecanismo que priorize o social sobre o econômico não for encontrado para ser o balizador dos contratos entre o Sistema Financeiro da Habitação e os mutuários.

Mas não é só. Com a restrição de financiamentos para a habitação popular, seu déficit cresce e provoca a multiplicação de invasões que, da noite para o dia, surgem com seus barracos subumanos em áreas das capitais, principalmente as de grande porte como Salvador. Ai estão os exemplos das Malvinas, de várias áreas no centro da cidade, no Engenho Velho de Brotas, cujos barracos se equilibram perigosamente na encosta da Avenida Vale do Ogunjá, e dali, certamente, só sairão se uma tragédia, sempre ameaçadora, ocorrer, provocada por chuvas mais intensas.

As unidades habitacionais supostamente implantadas para a classe média, através do Inocoop, estão, igualmente, se tornando proibitivas, por conta de despesas extras que estariam sendo impostas aos mutuários, como denunciam adquirentes de apartamentos de um conjunto situado na Avenida Paralela, o Paralela Park, chamados a pagar com juros e correção "prestações atrasadas", contadas a partir de dezembro, embora só recentemente tais mutuários tenham recebido as chaves e assinado os contratos com o Inocoop. Supreendidos pela cobrança, muitos desses mutuários alegam estar impossibilitados de pagar os "atrasos" e poderão desistir dos imóveis para os quais se habilitaram. Só que, após a desistência, terão que aguardar o Inocoop renegociar os imóveis para receberem de volta o dinheiro investido, que não se acredita venha a ser corrigido.

Por estes caminhos se enterra o sonho da casa própria, condenando-se a maioria dos brasileiros a viver nas invasões, levando-se a classe média a descer na escala social, empurrada para a periferia. Se a habitação popular, que deveria, pelo seu caráter eminentemente social, ser subsidiada, perdeu este incentivo fundamental, a destinada à classe média entra, também, em instabilidade com os reajustes de prestações fixados sem observância do critério da equivalência salarial, ou com obrigações criadas inexplicavelmente para penalizar mutuários, como estão a denunciar os do Inocoop.